Os Problemas Actuais do Anarquismo e do Sindicalismo

TEMAS a apresentar a todos os militantes da C.G.T., organisações aderentes, e aos militantes e grupos anarquistas.

Apresentado pelo
Grupo "CLARIDADE"
xxxxxxxxxxxxxxxx

1 9 4 5

FAI - CGT - AIT

BN

A NOSSA ATITUDE.

Passados já 19 anos de regime fascista, durante o qual a nossa organização confederal tem vivido sob rigorosa clandestindade, suportando através de mil sacrifícios o labaro das sua reivindicações e aspirações, na alma dos trabalhadores não se emtinguiu o fruto da experiência sindical nem a floração doutrinária da nossa propaganda de mais de cincoenta anos de actividade.

Paralelamente, podemos considerar a responsabilidade social da nossa C.G.T. e a importância da sua actividade e dos seus postulados no presente momento, na agonia duma civilização e no despontar duma epoca de experiências sociais , que exigem a nossa acção e o nosso pensamento.

E atendendo a êsse duplo imperativo que o nosso Grupo, sentindo a iminência dum renascimento e recrudescimento do movimento sindical operario, enraizado na nossa C.G.T., vem perante todos os que partilham das mesmas resposnbilidades colocar à discussão prévia, com o objectivo de realização urgente, os temas presentes.

O nosso Grupo não recua perante as questões mais delicadas e as mais graves, consciente da complexidade dos problemas e da mentalidade desenvolvida através dos acontecimentos nacionais e internacionais dos ultimos anos, pondo à discussão objectivamente, e com um sentido realista, todos os problemas que ficaram em suspensão e os que nos surgiram posteriormente. Todos os militantes, todos os grupos confederais e libertários, por certo que empenharão tôda a sua boa vontade e consciência das realidades presentes na análise dos temos presentemente aqui focados, e espera que sirvam de orientação para o renascimento confederal e das ideias comunistas libertárias.

Princípios de 1945.

O grupo "CLARIDADE".

A ACTUALIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL E A SUA UNIFICAÇÃO.

A industrialização capitalista definiu a existência de classes que lutam entre si, e a diversidade das condições de vida de cada uma delas determinou um irredutível antagonismoa de interêsses. A organização dos trabalhadores para a sua defesa da exploração capitalista caracterizu-se, a principio, como sociedades de resistência com o simples objectivo das questões de trabalho, mas o progresso social, da técnica e da economia, elevando o conceito social do trabalho, ampliou a utilidade colectiva do trabalhador, rasgando-se-lhe por isso novos horisontes.

Haverá nisto o simples critério marxista da luta de classes, operario contra patrão, classe contra classe? O principio rigido de Marx não explica o mecanismo da luta social. Ha uma luta de classes, mas a diversidade destas e dos seus interêsses, a colisão de principios inerentes ao hómem, independentemente da sua função social, complicam a noção da luta social. Por igual êrro de analise dos problemas sociologicos, agora generalizou-se o conceito de questão social, não de classe contra classe, mas de democracia contra fascimo, alias uma simples definição política.

Se o antagonismo economico das classes é um factor de luta, a experiência das instituições sociais, a evolução do conceito de civilização e de justiça, os habitos de escravidão ou de liberdade, a cultura, de cooperação e o atavismo tradicional, são determinantes processus violento ou evolucionista das sociedades humanas.

Através da complexidade dêstes factores é que nós podemos compreender a evolução orgânica e doutrinária do movimento operario desde as sociedade mutualistas até ao sindicalismo actual, e as caracteristicas que toma em cada país.

Entre nós o movimento siddcal cédo se animou de objectivos sociais definidos.

Numa sociedade como a portuguesa, o trabalhador tem de lutar contra a servidão do salariato, mas tem de lutar tambem contra o Estado medieval que tudo domina, e contra o predominio clerical e das elites, embora inferiorizado numa sociedade que se limita entre a extrema riqueza dum clan de argentários e a penúria dos

que vivem do seu esfôrço, manual ou intelectual. E o horisonte da luta amplia-se, e nela convergem o assalariado, o pequeno proprietario rural, as classes liberais, etc..

Esta faceta da luta de classes entre nós tem de ser encarada pela C.G.T., e oportunamente a ela nos referiremos em especial (Ver pag.).

A guerra, destruindo as instituições tradicionais do capitalismo, pondo limites ao principio de propriedade privada, colocando o interêsse da produção em relação com as necessidades do consumo, salientando o valor dos produtores acima das oligarquias financeiras, alterando as noções dos valores economicos, e revelando que a paz so pode ser uma resultante da justiça social, do maior bem estar geral, alterou a mentalidade geral e evidenciou a todos que as soluções socialistas são as que poderão estruturar a nova idade do Homem. Estamos em face duma revolução tecnica, economica, politica e mental.

É esta verdade tornada transparente que vem determinar à C.G.T. uma amplificação de acção, porque diante de nos temos mais que os simples problemas de 1926.

Se temos de reaver as conquistas operarias extorquidas pelo fascimo, temos, sobretudo, de empreender uma vasta acção no campo das realizações economicas, morais e sociais.

Nos paises em que a guerra obrigou a um esfôrço de produção excepcional, e portanto, onde o valor dos produtores se evidenciou, para que fosse eficaz foi mister dar-lhes uma posição e situação dignificadas. A administração das industrias faz-se sob o controle das organizações sindicais, e os conselhos de fabrica, ja experimentados na Italia, na Russia, na Espanha, e outros paises, normalizaram-se como um novo sistema de gestão economica. É a influência do sindicalismo ascendendo para a sua função integral.

Estamos perante todos êsses problemas, e a nossa actuação tem de definir-se. A C.G.T. tem um pensamento definido e uma orgânica estabelecida nos Congressos da Covilha e Santarem, A Organização Social Sindicalista, resta-nos analisar a sua adaptação pratica às realidades presentes, e se o tempo não nos determina amplia-la.

Antes de tudo, no interêsse da acção social dos trabalhadores, ha um problema de unificação sindical.

Reafirmamos o principio que animou sempre a nossa C.G.T.. Opomos ao criterio centralista da unidade o principio libertario da união.

A unidade é um critério militarista e totalitário a sujeição dos individuos ou agrupamentos a uma disciplina regulada por qualquer comite que interpreta o interêsse comum. A unidade é o fasciemo, o bem e o mal dispensado pelos que mandam, a obediência passiva dos dirigidos. Aparentemente pode ser o sistema da fôrça organisada, mas não a voluntariedade e a cooperação para um objectivo tornado de todos pelo interêsse de todos. Contra o totalibarismo dominador foi preciso levantarem-se as fôrças morais dohomem livre, a ânsia indomavel da liberdade. Contra a unidade fascista levantou-se a união de quantos pensando e organizando-se diversamente com a liberdade dos seus objectivos, se aprestaram para combatê-lo, e a unidade imponente do aparato de fôrça do fascismo foi vencida pela união livre de todos os que nzao aceitavam a sua gargalheira.

A união dos trabalhadores não implica a sujeição das ideias, dos interêsses e das tendências que se manifestam no meio operario. Nós, sindicaldstas e libertarios, devemos colocar o problema da união dos trabalhadores, e procura-la a todo o custo, para que a interferência operaria na reconstrução social seja eficaz.

Existe a nossa C.G.T. como a agrupação nacional do operariado; a união far-se-a dentro dela. É preciso que a fase de reaparecimento dos sindicatos livres da tutela do Estado se complete com um congresso confederal onde participe todos os organismos sindicais.

Essa união deve assentar num principio fundamental autonomia da C.G.T.. Esta autonomia tem de manter-se evitando a sujeição a qualquer organisação politica, de modo a garantir a cada sindicato e a cada filiado livre disposição da sua orientação e da sua actuação.

O objectivo confederal, expresso nas suas bases, obrigara todos os seus aderentes a um esfôrço de cooperação.

Qual a orientação ideológica confederal, questão que serviu de motivo à cisão? Não podemos fixa-la; cada corrente procurará influenciar as actividades sindicais, mas dentro do pacto da união. Aos militantes sindicalistas e libertarios compete pela sua acção influir nos destinos da C.G.T. em continuação dos seus

precursores.

Outro problema delicado da união é a questão das Internacionais. Parece que a guerra a simplificou, e o problema esté nos mesmos termos do problema nacional.

Actualmente deve existir apenas duas Internacionais, a A.I.T. e a F.S.I., visto que a I.S.V. se dissolveu, mas cujas actividades ignoramos de momento. A C.G.T. é aderente à primeira.

A questão da Internacional, cada vez mais importante, deve ser posta dum modo delicado mas indispensavel, e que alias foi delibdrado num dos últimos Congressos da A.I.T.: a criação duma única internacional pelo esfôrço combinado das existentes, o que equivaleria ao renascimento da 1.ª Internacional.

Há pouco a Coferência Mundial dos Trabalhadores, cuja composição e deliberações ignoramos, e cuja parcialidade restringindo-se às organisações das nações unidas não nos satisfaz, resolveu criar uma Federação internacional operaria. Qualquer que seja o criterio da sua organisação, parece que, com o acôrdo dos movimento operarios de Espanha, França, Italia, Suiça, Noruega, Suécia, Holanda, Dinamarca e paises da América Latina, por serem os tue têem demonstrado um espirito mais universalista e uma mentalidade mais livre, e não sendo tão parlamentaristas e centramistas, se poderia forjar uma Internacional mais socialista no amplo sentido do termo.

Parece que o esfôrço combinado das actuais Internacionais simplificaria o objectivo, e para isso deveremos permanecer na A.I.T. certos de que o poderiamos conseguir, ou pelo menos, uma entente das centrais sindicais de toso os paises.

Outro problema fundamental é o nosso órgão "A BATALHA". Foi sempre o grande elo da organisação nacional, o elemento dessiminador da propaganda, e o seu enorme prestígio entre as classes operarias, e até nos meios intelectuais, tornaram-no o nervr vital da C.G.T.. Sem a imprensa nenhuma corrente de opinião se faz sentir.

O seu reaparecimento como jornal diário deve estar presente em todas as nossas preocupações imediatas. Parece indispensavel asseguurar-se já um estudo feito por uma comissão, de modo a garantir o seu reaparecimento como diário logo que as circunstâncias o permitam.

ACÇÃO CONFEDERAL

A revolução espanhola trouxe ao movimento sindical revolucionario, e em especial ao de tendências libertarias, uma serie de problemas novos, para os quais não houve uma anterior preparação. Muitos militantes anarquistas e sindicalistas previam algumas circunstâncias especiais, mas os sucessos fôram mais além das previsões.

Êsse acontecimentos, e as atitudes assumidas pelos nossos camaradas de Espanha suscitaram conflitos de actuação e de pensamento de serias conseqüências. Êsse factos, como é natural, reflectiram-se entre nós.

Temos agora de enfrenta-los, mas é necessária muita elevação para os estudarmos, e sobretudo muita calma. As paixões suscitadas não devem dominar-nos. O nosso Grupo toma a liberdadee a responsabilidade de colocar os problemas que se nos apresentam com objectividade e tolerância, de modo a unificar os esforços de todos.

Um dêsses problemas foi a participação da C.N.T. no govêrno de Madrid.

à primeira vista parece que isso constitui uma fuga completa à actitude anti-colaboracionista do sindicalismo revolucipnario, mas na verdade não dispomos dos elementos suficientes para um debate consciente.

Vamos colocar o problema numa posição de clareza que nos permita uma compreensão total, e do modo que nos é possivel.

A Conquista do Poder Político

A ideia da conquista do poder político é a base fundamental do marxismo, e da qual Lenine fez uma readaptação. Tôda a acção dos partidos marxistas se cingiu a essa preocupação, e todos os outros objectivos se lhe subordinaram.

Êsses partidos tornaram-se parlamentaristas e colaboracionistas, tudo fizeram depender da colaboração governamental, e até os movimentos operarios em que influiram condicionaram a sua acção aos interêsses políticos. Tornou-se um fim, e êsse foi o êrro e a causa da maior crise do socialismo.

Os fracassos governamentais conduziram à derrota imediata os trabalhadores organizados sob a egide do marxismo. Não houve uma vantagem positiva da participação, e logo que as máquinas eleitorais fôram desfei-

tas pela violência fascista, todo o resto se pulverizou.

Entre os marxistas, apesar das experiências edificantes da Alemanha, da Itália e até da Espanha, essa ideia não perdeu todo o fulgor dum mito impressionante.

Possuir o poder político não conduz ao poder económico, e sempre se revelou que aquele resulta dêste.

A questão participacionista entre nós não tem o mesmo aspecto que para os marxistas, e êste pormenor pode ajudar-nos ao esclarecimento de ideias.

Em 1914, entre sindicalistas e anarquistas suscitou-se a questão dosque apoiavam a guerra por parte dos Aliados, simbolizando a democracia, contra os impérios centrais, representando a autocracia, e os que combatiam a guerra a todo o transe. A questão é ainda a mesma. Então a participação era nas hostes militares, hoje, como os problemas são mais complexos, a mesma participação chegou ao campo governamental.

Para os que apoiaram a intervenção da C.N.T. no govêrno de Madrid, crêmo-lo bem, , a questão não tinha o carácter marxista, não constituia um objectivo; era apenas um recurso da acção. O problema, bem visto, resulta da proporção dos acontecimentos eda responsabilidade e importância do nosso movimento.

Se não preconisamos a colaboração como um método de luta, nem por isso ocultamos a cabeça perante as circunstâncias que se nos apresentam.

O Estado não se extirpa como um quisto social. Sendo a forma resultante das instituições sociais presentemente em uso, e atendendo ao pêso do conservantismo social, ele reage para subsistir, e a nossa acção há-de começar por limitá-lo, criando ou dando vida aos órgãos de caracter federalista que acabem por substituí-lo.

A luta contra o fascismo é a limitação dos poderes omnímodos do Estado, e será a primeira fase da luta social, já por si impregnada dum anarquismo que não toma forma definida na consciência política duma grande parte dos anti-fascistas.

É a nós que compete a função de completar essa limitação criando as instituições que o substituam. Para isso precisamos duma fôrça organisada, dum poder económico e duma acção renovadora.

Da fôrça organisada já cuidámos no capítulo precedente; tratemos dasrestantes.

O Poder Económico

Um lugar no Terreiro do Paço não é o poder económico. A classe trabalhadora não têm acções nos Bancos e nos Trusts, não dispõe de potencial económico que não seja o seu poder de trabalho, e êste, no sistema capitalista tem um fraco valor se não estiver organisado sindicalmente.

Em Portugal não há um movimento cooperativista e mutualista operário que constitua uma fôrça económica, nem se dispõe do controle sindical das indústrias. Se dispusessemos dêstes recursos, com êsse poder económico podíam os trabalhadores rivalisar com as sociedades capitalistas, e é êsse poder que deve criar-se.

Dentro das formas orgânicas da C.G.T., devemos conseguir o controle da produção por intermedio dos conselhos de fábrica, e intervir na gestão económica, não como repartições burocraticas do Estado, mas como orgânica propria que substitua as formulas totalitárias do Estado.

Separar do domínio do Estado e das plutocracias a gestão planificada da economia no interêsse dos consumidores, e diminuir o poder daquelas potências, e conseguir para as classes trabalhadoras do braço e do cérebro o necessário poder económico.

É nêste campo que a C.G.T., deve penetrar decisivamente, servindo-se da experiências dos países estrangeiros.

Uma Acção Renovadora

À nossa acção económica basta-nos os quadros sindicais da C.G.T.? A sociedade não se compõe exclusivamente da produção; a administração social é uma função relativa.

Não podemos prosseguir nos entusiasmos infantis do sindicalismo do período da 1.ª Internacional, supondo tue os seus quadros correspondem a todas as exigências sociais. O sindicalismo resulta das relações da produção com os produtores, mas escapa-se-lhe grande parte dos problemas do indivíduo entidade social, consumidor-produtor. A cooperação dos indivíduos, distintos das suas funções profissionais, para os problemas gerais davida não se limita à esfera da acção sindical, esta é que tem de articular na acção social dos indivíduos.

Os problemas da educação, da distribuição, do consumo, da assistência pública, do urbanismo, podem relacionarem-se com as funções sindicais, mas têem uma projecção maior na vida social dos homens.

A vida humana não se reduz aos fenómenos de produção. O êrro de Marx, de fazer depender as condições sociais e a "consciência de classe" dos fenómenos da produção, o que Lenine, aliás sonbe desprezar como fundamental na sua concepção de materialismo histórico, esta provado à evidência pelos acontecimentos sociais posteriores à sua época. O sindicalismo, na sua fase inicial, concebeu a sociedade estruturada ao geito do mundo fabril, mas breve teve de reconhecertue a complexmddde das relações sociais, os problemas do consumo e da administração socialnão se modelavam pelos quadros da produção, como pretende o industrialimso das I.W.W (Industrial Works World) da America.

A organisação confederal começou a reconhecer êsse facto com as deficiências observadas na experiência dds antigas Uniões de Sindicatos locais, que em vez de terem por função a coordenação da actividade dos sidicatos, pretendiam, e com fundada razão, representar a acção dos trabalhadores locais na sua defesa como consumidores. A experiência desta modalidade da sua acção levou a Conferência dos Sindicatos confederados de Lisboa, de 1924, e realizada no Liceu Camões, a estudar a remodelação da estrutura das Uniões locais, ampliando-a sob a forma de Câmaras Sindicais do Trabalho, subdividindo-se em Juntas sindicais de freguesia.

O problema da defesa da população operária como consumidora, e a necessidade revolucionária de criar-se um orgão de administração da vida social local, começou a ser visto, e a solução tomou uma forma municipalista, tornando-se as Juntas sindicais uma organisação de bairro ou freguesia, agrupando os trabalhadores da sua circunscrição, independentemante da sua filiação sindical industrial ou profissional. As juntas tambem tinham até por objectivo organisar os trabalhadores dessindicalizados por falta de sindicato proprio.

Mas a experiência posteriaor das Câmaras Sindicais revelou uma contradição orgânica: constituídas pelos sindicatos, associações de produtores, destinava-se à defesa de consumidores, e os problemas de

uma e de outra espécie embaraçavam-se.

Não quere isto dizer que, dum modo absoluto, os interêsses de uns e outros sejam irredutíveis, nem haja uma relação de continuidade entre eles, mas na verdade o que domina a preocupação dos sindicatos são os problemas da produção. Sem dúvida que os operários da construção civil querem casas economicas e boas, que os manipuladores de pão queiram bom pão para o publico, mas os tabaqueiros poderão queper que todos fumem os enfermeiros que haja doentes cronicos, o pessoal dos electricos não queira a camionagem, e os correeiros prefiram a tracção animal.

Admitindo que numa situação revolucionária entregamos aos sindicatos, agrupados embora em Câmaras Sindicais, a administração local, estariam êstes aptos a tratarem só por si da organização do consumo, da educação, do urbanismo, da higiene, do trânsito, da cultura, das artes, e até mesmo da planificação economica?

Dir-se-á que sim, porque cada um dêstes problemas estão afectos a especialidades profissionais, e cada sindicato trata-los-ia. Mas isso seria o totalitarismo sindical, de género corporativo. Então a educação, por exemplo, seria um produto fornecido pelo sindicato dos professores, sem a intervenção dos alunos e de seus pais, as casas economicas seriam fornecidas em tipos standardes como as dos Estados fascistas, e o trânsito, por exemplo, seria determinado pelas conveniências dos motoristas, independente do interêsse dos transeuntes.

Na solução dêsse problemas os sindicatos têem uma intervenção importante, mas não absoluta.

A administração local carece duma estrutura própria como associação dos consumidores em combinação com o sindicalismo, organisação dos produtores. Essa organisação é o município, que é afinal a comuna.

Através a historia dos povos europeus, e em especial dos povos de civilização mediterrânica, o município foi sempre a comuna popular. Nas cidades da época greco-romana o município era a associação local da população. Com a Idade media, a cidade evoluindo para a inter-cidade das monarquias territoriais, o município foi ainda a comuna do povo contra o feudalismo. Finda a Idade media e decadente a monarquia, quando a [illegible] ção começou a tomar a forma actual, o município foi [illegible]

veículo da Grande Revoluçao. Só o Estado moderno, totalitário, reduziu o município, seu tradicional inimigo, a uma sua agência política, como sucede sob o domínio salazarista.

Os primeiros republicanos em Portugal foram municipalistas, entusiastas das ideias de A. Herbulano, porque a República das suas crenças era a oposição ao autocratismo monárquico, ao princípio "L'Etat c'est moi" vestido de constitucionalista. Os republicanos de 1910 não tinham ideologia federalista, e eram simples jacobinos. Leram Py y Margall e Spencer, mas pensavam como Machiavel.

A República preferiu o Terreiro do Paço e o Palácio de S. Bento a. municipalismo de Henrique Nogueira e Sampaio Bruno. Os municípios serviram de trampolim para o assalto aos ministérios.

Ao contrário da acção dos republicanos, preconisamos a intervenção nos municípios para descentralizar o poder do Estado, e substituir o governo centralizador pela administração de sistema federalista, assegurando-nos dos meios de estruturação dum sistema comunista libertário que substitua o Estado tradicional.

E se o Estado subsistir ainda por algum tempo através duma fase de declínio, que seja a transição do centralismo estatal para o federalismo libertário, os municípios serão, seguramente, o instrumento dessa evolução.

Mas em que pode consistir essa intervenção nos municípios? Uma intervenção meramente política ou eleitoral ? Não! Interviremos para torná-los uma instituição livre e de interêsse público, e coordenadora da vida local. A federação municipalista, até um congresso representativo da soberania popular, completariam uma nova orgânica socialista.

Começaríamos por liberta-los da tutela do Estado, da politiquice eleiçoeira e da burocracia, readaptando-o aos nossos objectivos sociais. Articula-los-íamos com a C.G.T., formando um conjunto político, económico e social.

Paralelamente ao movimento municipal, o movimento confederal, em acção combinada, um na administração social, outro na gestão económica da produção.

Esta intervenção prática nos municípios, além de ser o trabalho de estruturação duma nova sociedade, seria aquela que nos libertaria efectivamente do

êrro marxista da conquista do poder político, porque seria a conquista do poder económico e político em conjunto.

Com essa acção poderíamos também interessar as outras correntes socialistas, de modo a assegurar-nos de uqe elas ajudariam a uma maior acção contra o absurdo do Estado-divindade.

Igualmente precisamos de intervir nos movimentos cooperativo e mutualista, dando-lhe nova seiva, mais incremento e ideias mais amplas, como complementos da acção defensiva dos consumidores, e aproveitando-os para a grande função que lhes cabe numa sociedade comunista libertária.

DEFICIÊNCIAS DA "ORGANIZAÇÃO SOCIAL SINDICALISTA"

Já atrás concluímos (Ver a pág. 3) que em Portugal, como país pouco industrializado, dum grande atrazo cultural e social, e dum condicionalismo de classes muito heterogenço, na mesma luta convergem os trabalhadores proletários, uma grande parte da população que vive do amanho duns escassos bens agrícolas, e as classes liberais bastante proletarizadas. Dissemos que convergem na mesma luta porque são vítimas dum mesmo inimigo, porém sempre se desentenderam por falta dum pensamento que os irmanassem, porque os interêsses da política e das sacristias tem estimulado essa separação.

Fora dos grandes meios populacionais, que no país não abunda, e em especial dos meios industrializados, o sindicalismo não é o tipo de organisação correspondente a certas classes produtoras devido às suas condições de vida económica.

Num concelho onde os habitantes trabalham nas suas terras, permutando serviços de certa especialização, e a industria se reduz à condição subalterna da agricultura, que modalidade de organização sindical podemos oferecer-lhes? Não lhes interessa o sindicato porque não lutam contra uma empreza capitalista, antes, precisam duma organisação que vitalize os seus meios de produção e os seus recursos económicos. Contudo, essa gente sofre a exploração e o jugo do Estado e dos intermediários capitalistas, e têem interêsses como produtores e consumidores. A solução do sindicato mixto não serve.

Afora os concelhos do Alentejo, onde predomina o

13-

latifúndio, e portanto exi
organização sindical nunca
tritos, e isso está explica
que trabalham e lutam afast

Podemos deixá-las assim
do o pêso morto da Revoluç
mo? No nosso próprio interê
egrando-as numa economia
suas necessidades.

Mas êsses trabalhadores
ma classificar de pequaos
se poderia chamar com mais
da terra, se não têem um p
alho, sofrem a expoliação
esmagadora dosmonopolios e
berra, a usura dos prestami
rudimentar das suas condiç
ficam à margem da luta lib
táculo às soluções comunis
o clericalismo manejam a so
os trabalhadores industria

Ainda outra conseqüênci
ampo continua a ser como u
nomia, e o comunismo libert
uma síntese da cidade e do
ecessita deintegrar tôda
as cidades no mesmo object
uração economica.

Se os operarios das cid
itam de conquistar melhorc
italismo, as populações ru
dade dividida necessitam d
lhor rendimento do seu tr
ndições de existência. P
cato, para os segundos,
ocal, o município. A difc
ve corresponder orgãos a

Para além da luta econó
ansformação social, os m
apresentam iguais condiç

Preconisamoa como princi
COMUNISMO LIVRE, mas, par
enos proprietarios, a mag
eira de terra como garantia
eixa conceber de imediato

O Comunismo não pode ser

ste o proletariado rural, a
se verâficou em certos dis
ado, e são grandes popula-
adas de nos.

desorganizadas, constituin
ão e o reduto do clericalis
sse devemos organisa-las, in
socialista, mas segundo as

que erradamente se costu-
proprietarios, e aos quais
rigor os grandes escravos
atrão que explora o seu tra
do Estado, a concorrência
dos grandes detentores da
istas, e ainda com o estado
ões de vida primitiva. Se
ertadora, constituem um obs
tas, que o conservantismo e
eu exclusivo favor contra
is.

a do seu isolamento é que o
uma entidade isolada de ecc
tario necessita de realizar
campo. Para consegui-lo,
a população dos campos e
ivo social e na mesma estru

es e das indústrias neces-
s condições de vida ao ca-
rais das regiões de propri
associarem-se para obterem
alho e melhorarem as suas
os primeiros, covem o sin
coopperativa e uma união
entes condições económicas
propriados.

ica, com o objecdivo duma
smos tipos de colectivida-
ões.

pio fundamental da economia
a essas populações de peq
ia e o habito da posse da
da sua existência não os
a comunidade da terra.
imposto por processos di-

toriais, porque só pode existir pela prática do apoio mutuo e duma activa cooperação. Para essas populaçõe o comunismo ha-de começar por uma pratica progressiv da cooperação economica, e inicialmente dentro da su mentalidade.

Não podemos transigir com a grande propriedade, po que expropriada presta-se à exploração comunitaria d terra pelos que a trabalharam sempre sem o habito da posse, mas temos de tolerar a pequena propriedade qu não queira comunizar-se, por respeito da liberdade, por necessidade de experiência, e até pela pluralida de de exploração agrária que sirva ao estudo e à rea daptação economica.

Contudo, não podemos deixar a pequena propriedade entregue ao seu primitivismo economico, aos seus met dos rotineiros de cultura e ao seu individualismo eg ista. Para organisa-la sem hostilizar a sua mentalid de e no sentido de melhorar as familias que persista nésse sistema, e para que contribua para uma economi colectiva sã, necessitamos de ideias concretas que c duzam a fôrça dessa grande parte da população às exp riências comunistas.

A cooperativa agraria, grupando os casais agrico las que livremente se associem para a posse do credi to, das ferramentas, da permuta de trabalhos e para realização de trocas ou vendas, é acessivel à mental dade dos nossos camponeses e adaptavel à economia co munista.

Não depende exclusivamente da constituição das co operativas agrarias a organisação das populações cam ponesas. Há o interêsse comum para o melhor aproveit mento das condições de vi local, a organisação das vias de comunicação, enfim, de resolver os mil pro- blemas colectivos, e isso demonstra a importância do municipios como a federação local de todos os habita tes.

Parece, portanto, que é preciso organisar essas po pulações rurais, para quem o sindicalismo será sempr estranho, torna-las uma fôrça revolucionaria, e dar- -lhe a organisação e os meios de reconstrução social.

O municipio será a organisação do meio rural, com- pletado pelas cooperativas e sindicatos que sejam pos sivel organisar, como a estrutura que preconisamos pa ra as cidades.

Preconisamos, portanto, a intervenção nos municípi os, com o objectivo de torna-los livres a associa-